

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dicionário de comunicação : escolas, teorias e autores / organizadores
Adilson Citelli... [et al.]. – São Paulo : Contexto, 2014.

Outros organizadores: Christa Berger, Maria Aparecida Baccega,
Maria Immacolata Vassallo de Lopes, Vera Veiga França
ISBN 978-85-7244-834-5

1. Comunicação – Dicionários I. Citelli, Adilson. II. Berger,
Christa. III. Baccega, Maria Aparecida. IV. Lopes, Maria Immacolata
Vassallo de. V. França, Vera Veiga.

14-03578

CDD-302.203

Índice para catálogo sistemático:

1. Comunicação : Dicionários : Ciências sociais 302.203

2014



EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO

Maria Immacolata Vassallo de Lopes
Richard Romancini

O interesse pela epistemologia, no Brasil e na América Latina, como reflexão sistemática sobre o conhecimento produzido no campo da comunicação é relativamente recente. Pode ser situado a partir dos anos 1990 (por exemplo,

em seminários como da Intercom/98, Felafacs/99, e em números específicos de periódicos da área, como: *Journal of Communication*, *Telos*, *Comunicação e Sociedade*, *Diálogos de la Comunicación*, *Comunicación y Sociedad*). As pesquisas iniciaram-se como reflexões em torno da história do campo da comunicação e têm evoluído em torno da condição disciplinar da comunicação.

A epistemologia, como crítica ou filosofia da ciência, envolve o estudo do conhecimento, de seus fundamentos, princípios e validade, e busca se caracterizar como conhecimento do conhecimento científico. Possui, assim, uma dimensão metacientífica, preocupada com a especificidade desse tipo de saber. Pode-se afirmar que a perspectiva epistemológica de uma ciência deve necessariamente envolver critérios de validação do conhecimento produzido, os quais são internos e externos ao discurso científico. A validação externa dos discursos científicos é realizada com base na crítica feita pela sociologia da ciência ou do conhecimento. Como diz Bourdieu et al. (1999: 87), “é na sociologia do conhecimento que se encontram os instrumentos para dar força e forma à crítica epistemológica, revelando os supostos inconscientes e as petições de princípio de uma tradição teórica”. Colocam-se aqui as indagações acerca da pertinência social e histórica dos problemas científicos e a função social do conhecimento.

Ao lado dessa dimensão, a epistemologia possui um caráter intrínseco à pesquisa científica, visto que se impõe ao pesquisador como uma reflexão a propósito da adequação de conceitos, teorias e métodos para investigar certa problemática. Dito de outra maneira, a partir da perspectiva de Gaston Bachelard, os princípios de cientificidade operam internamente na prática da pesquisa, uma vez que a crítica epistemológica é que rege os critérios de validação interna do discurso científico, que, por sua vez, são firmados de acordo com os requerimentos específicos de uma dada ciência em um determinado momento. Essa concepção de epistemologia inscrita nas práticas de pesquisa faz que ela possa ser pensada como um nível ou instância metodológica de toda pesquisa. O nível ou a dimensão epistemológica de toda pesquisa não é algo abstrato, mas traduz-se concretamente por operações de vigilância sobre o conhecimento que se está produzindo.

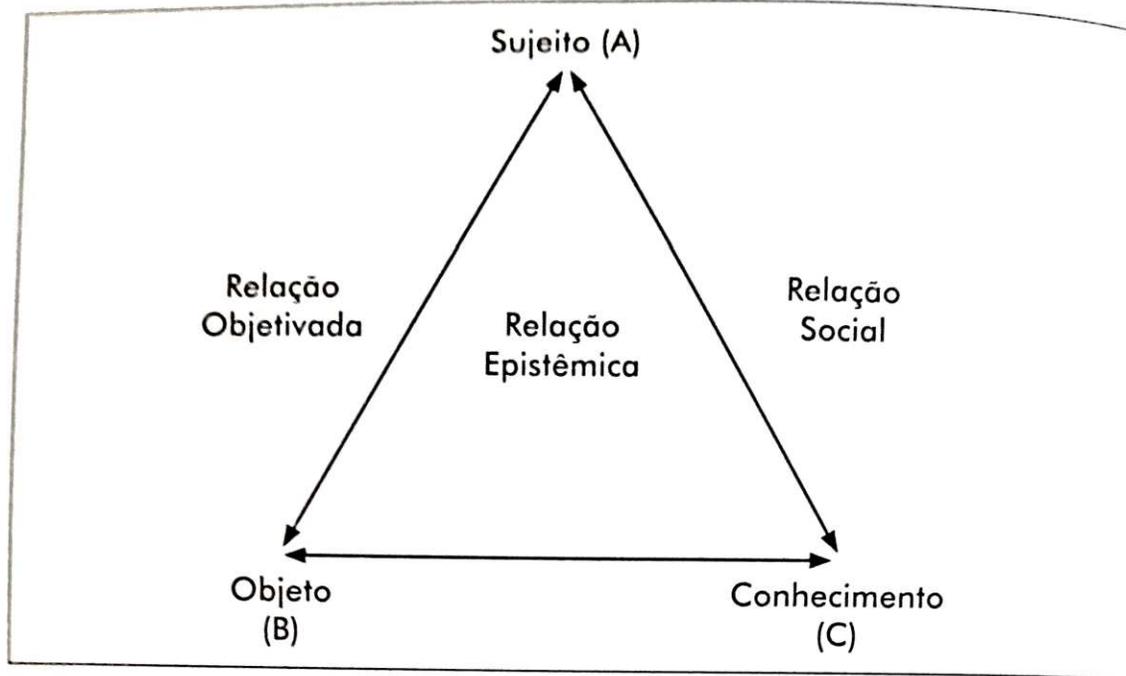
Desse modo, a crítica epistemológica, tanto em termos gerais, do contexto de produção da ciência (crítica externa), quanto específicos, da prática da pesquisa (crítica interna), é uma tarefa que não apenas acompanha o nascimento do discurso científico, mas percorre toda a história da ciência. Por isso, o conhecimento epistemológico não possui teor imobilista, fechado, ou seja, ao mesmo tempo que promove reflexões relacionadas às práticas científicas, é, também, dialeticamente, afetado por estas.

A perspectiva de Bourdieu sobre o campo científico esclarece este aspecto. O autor, opondo-se ao modelo de revolução científica proposto por Thomas Kuhn como um momento de ruptura extraordinário, nota que o campo científico provê permanentemente as condições tácitas da discussão que promovem as mudanças constantes na compreensão da ciência de maneira geral, ou em áreas mais específicas (disciplinas, teorias, métodos etc.). Desse modo, por um lado, Bourdieu coloca em relevo, assim como Bachelard, o caráter social da ciência, ressaltando-a como fruto de um empreendimento coletivo, em oposição à imagem que acentua a cultura científica como resultado de uma atividade realizada por mentes solitárias. Por outro, nota que o campo científico “encontra na ruptura contínua o verdadeiro princípio de sua continuidade” (Bourdieu, 1983: 143).

EPISTEMOLOGIA E RELAÇÕES DE CONHECIMENTO

As atuais práticas reflexivas sobre a ciência enfatizam especificamente a relação entre o sujeito (investigador) e o objeto (investigado) na pesquisa, ao passo que as abordagens epistemológicas tradicionais restringiram seu foco na relação epistêmica entre o objeto e o conhecimento. Diversamente, a reflexividade epistêmica ajustada às condições de conhecimento da contemporaneidade toma a objetivação da relação entre sujeito e objeto como principal objeto de análise. Essa posição encontra ressonância em trabalhos como os de Bourdieu e Wacquant (1992), que defendem que a “objetivação da relação objetivada” do sujeito e objeto é a condição epistemológica do conhecimento científico social. Uma maneira de esclarecer essa contribuição de Bourdieu para a epistemologia da ciência social e, portanto, da comunicação, é conceber os requisitos do conhecimento compreendendo três relações interconectadas, porém analiticamente distinguíveis: a relação social entre o sujeito (coletivo) e o conhecimento (campo); a relação epistêmica entre o conhecimento (campo) e o objeto (estudo); e a relação objetivada entre o sujeito (coletivo) e o objeto (estudo). É o que se mostra na Figura 1.

Figura 1: Três relações de conhecimento na produção da ciência social



Fonte: elaboração de Lopes, baseada em Maton (2000).

Essa figura representa o conhecimento na perspectiva do relacionismo proposto por Bourdieu. As posições ocupadas no campo por A, B e C estão em relação entre si. A principal inovação do autor é colocar ênfase na objetivação das relações de conhecimento. Em seus próprios termos, “a reflexividade epistêmica deve ser epistemológica, coletiva e fundamentalmente antinarcisística” (Bourdieu e Wacquant, 1992: 72). A reflexividade individualística compreende a autorreflexão crítica sobre a história do autor, sua posição social e práticas no campo científico. Desse modo, a reflexão autobiográfica é incluída na pesquisa, com a condição de não usurpar o objeto de estudo em benefício do autor, que, assim fazendo, corre o risco de ele próprio se tornar o objeto de estudo.

A análise das relações coletivas objetivadas é, para Bourdieu, um empreendimento coletivo conduzido por um campo científico como um todo. Não se trata simplesmente de uma prática individualizada da pesquisa, mas da inclusão de uma teoria da prática intelectual como componente integral e condição necessária para uma teoria crítica do conhecimento. Portanto, ambos, o sujeito e o objeto de conhecimento, são, antes, figuras coletivas (o campo científico como um todo) do que indivíduos. Essa análise reflexiva coletiva das relações coletivas objetivadas, segundo Bourdieu, é que provê fundamentalmente a base epistemológica para o conhecimento científico social.

O conhecimento é, nesse processo, submetido aos processos de autoridade e de reconhecimento por outros investigadores do campo, e resultará na sua socialização e referencialização. É o que, guardando analogia com outros conceitos

capitais de Bourdieu, poderia ser chamado de capital epistemológico do campo. Este seria, então, o resultado do papel das instituições do campo (revistas, comitês, titulações) para sua autonomia interna, implicando a busca não apenas por recursos e *status*, mas também por lucros epistêmicos. As formações epistêmicas em toda ciência têm sido o resultado dos atendimentos/respostas de um campo às exigências próprias do conhecimento e dos *habitus* intelectuais moldadas pelo próprio campo. O desenvolvimento de um campo científico, então, é sempre o resultado da dupla combinação dos interesses sociais e cognitivos na acumulação tanto de capital simbólico como de capital epistêmico.

No contexto atual, é possível notar que as tensões entre as diversas interpretações da ciência e as formas alternativas de reivindicação de conhecimento podem ser reconhecidas tanto nas lutas pela hegemonia ao lado dos domínios da ciência ortodoxa, que caracterizam as estratégias de subversão no campo científico, quanto na ambivalência da modernidade feita de otimismo e negatividade do Iluminismo.

A partir desse enquadramento epistêmico, voltando-se ao debate sobre o campo da comunicação, é possível estruturar a discussão em três eixos principais: 1) a disciplinarização que norteou o nascimento e desenvolvimento das ciências sociais com base na concepção de disciplina como constructo epistemológico do século XIX; 2) a sociedade global como sociedade da comunicação; e 3) a complexidade e a transdisciplinaridade na comunicação.

DISCIPLINARIZAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO

Como exposto, é sobre a tensão constante entre a tradição e a mudança no campo científico que reside a base do surgimento de estudos e diagnósticos que buscam sua reestruturação. Nos últimos anos, um eixo de discussão importante nas ciências tem sido a respeito das disciplinas e seu papel na produção de conhecimento.

Etimologicamente, a palavra *disciplina* é vinculada a discípulo ou estudante, e é antitética à doutrina, que é a propriedade do doutor ou professor. Portanto, doutrina concerne à teoria abstrata, e disciplina é relativa à prática e ao exercício. A primeira tem a ver com a produção e a segunda, com a reprodução do conhecimento. Na história das ciências sociais, uma disciplina só aparece depois de um longo trajeto de prática, quando se torna doutrina, ensinada e justificada pelos doutores e professores. No entanto, a partir da própria trajetória das ciências, é possível indagar: a criação de uma disciplina corresponde a um nível defensável e coerente de análise ou apenas à separação de um assunto?

O relatório da Comissão Gulbenkian para a reestruturação das ciências sociais, presidida por Immanuel Wallerstein, intitulado *Para abrir as ciências*

sociais (1996), defende que a divisão das disciplinas tradicionais das ciências sociais decorre intelectualmente da ideologia liberal dominante no século XIX. Para esta, o estado e o mercado, a política e a economia, eram setores analiticamente separados, cada um com suas regras ou lógicas particulares. Tal divisão, baseada em assuntos que seriam diversos, provocou dificuldades de fronteiras nos itinerários intelectuais dos campos (Sociologia, Política, Economia e Antropologia), com aumento de dificuldades ao longo do tempo.

Uma das formas de lidar com esta situação foi a tentativa de criar novas designações interdisciplinares, como sejam os Estudos da Comunicação, as Ciências da Administração e as Ciências do Comportamento. Não obstante o reconhecimento de que a interdisciplinaridade constituiu-se numa forma de abordagem criativa, ela não teria implicado uma frutuosa fertilização recíproca entre as disciplinas, condição única que faria a interdisciplinaridade merecedora de um maior aprofundamento e desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o próprio Wallerstein (1991) já criticara os méritos da pesquisa e do ensino interdisciplinar, notando que os trabalhos interdisciplinares nas ciências sociais não chegavam a solapar significativamente a força dos aparatos organizacionais que protegem as disciplinas separadas. E, mesmo, o contrário pode ser verdadeiro. Um pesquisador, ao justificar que precisa aprender do outro o que não pode conseguir no seu próprio nível de análise com suas metodologias específicas, e que o outro conhecimento é pertinente e significativo para a resolução dos problemas intelectuais sobre os quais está trabalhando, tende a reafirmar, e não a embaralhar os dois conhecimentos. O trabalho interdisciplinar não é, *per se*, uma crítica da compartimentalização existente nas ciências sociais, além de lhe faltar o toque político para afetar as estruturas institucionais existentes.

A questão diante de nós, hoje, é se há algum critério intelectual que possa ser usado para assegurar de um modo relativamente claro e defensável as fronteiras entre as quatro presumidas disciplinas: Antropologia, Economia, Ciência Política e Sociologia. A análise do sistema-mundo (*world system analysis*), proposta pelo autor, responde com um inequívoco “não” a essa questão. “Todos os critérios presumidos – nível de análise, objeto, métodos, teorias – ou não são verdadeiros na prática, ou, se sustentados, são linhas divisórias para um conhecimento adicional mais do que estímulos para a sua criação” (1996: 241).

Ou, colocado de outro modo, as diferenças dentro de uma disciplina tendem a ser maiores do que aquelas entre elas. Isso quer dizer, na prática, que a sobreposição é substancial e, na história desses campos, tem crescido todo o tempo. Isso não quer dizer que todos os cientistas sociais devam fazer um trabalho idêntico. Há sempre necessidade de especialização em campos de estudo. Estes aparecem como um novo padrão emergente a que se pode chamar transdisciplinarização ou

pós-disciplinarização (Fuentes, 1998), quer dizer, um movimento para a superação dos limites entre especialidades fechadas e hierarquizadas, e o estabelecimento de um campo de discurso e práticas sociais, cuja legitimidade acadêmica e social vai cada vez mais depender da profundidade, extensão, pertinência e solidez das explicações que produz do que do prestígio institucional acumulado.

SOCIEDADE GLOBAL, SOCIEDADE DA COMUNICAÇÃO

Há outro aspecto que deveria ser acrescentado a esse poderoso argumento. Trata-se da relação orgânica entre as ciências sociais e a comunicação, na medida em que a sociedade moderna foi sendo cada vez mais plasmada nas formas da comunicação moderna. Dois exemplos são suficientes: um saber como o da antropologia não seria possível sem o encontro entre civilizações e grupos humanos diferentes em escala cada vez mais intensa; e um estudo como o de Habermas sobre a opinião pública revelando a importância desta na constituição da sociedade civil moderna; e a emergência da ideia de esfera pública ligada aos mecanismos da informação e da comunicação social. Daí, no dizer de Vattimo (1992: 20-21),

as ciências humanas, ciências que nascem de fato somente na modernidade, estão condicionadas, em uma relação de determinação recíproca, pela constituição da sociedade moderna como sociedade da comunicação. As ciências humanas são ao mesmo tempo efeito e meio do posterior desenvolvimento da sociedade da comunicação generalizada.

Chega-se, assim, a definir a intensificação dos fenômenos comunicativos, a acentuação da circulação das informações, não somente como um aspecto a mais da modernização, senão como o próprio centro e o sentido mesmo deste processo.

É no objeto-mundo “com sentido” que as ciências humanas e a comunicação se encontram. No mundo “comunicado”, que tanto os *media* como as ciências humanas nos oferecem, constitui-se a objetividade mesma do mundo, e não somente interpretações diferentes de uma “realidade” de alguma maneira “dada”. A realidade do mundo como algo que enfim não é uma reunião de visões disciplinares do empirismo ingênuo, mas algo que se constrói como contexto de múltiplas narrativas. Tematizar o mundo nesses termos é precisamente a tarefa e o significado das ciências humanas.

Acresce-se à ideia de “sociedade da comunicação”, como marco que incita a reflexão teórica sobre os estudos comunicacionais, a ruptura histórica associada ao que se convencionou chamar de processo de globalização. Deste, resultaria o

que o sociólogo Octavio Ianni chama de *paradigma da globalização*, tendo em vista que mudanças de época, que sempre são acompanhadas por mudanças na socialidade e na cognição, geralmente acarretam rupturas epistemológicas. Nesta perspectiva, Ianni assinala que “se as ciências sociais nascem e desenvolvem-se como formas de autoconsciência científica da realidade social, pode-se imaginar que elas podem ser seriamente desafiadas quando essa realidade já não é mais a mesma” (1992: 171). Há, como nota o autor, um contraponto entre o pensamento e seu objeto, entre o lógico e o histórico, de modo que, quando um dos termos se modifica, ocorre uma alteração no outro.

A reflexão sobre a sociedade global transborda os limites convencionais desta ou daquela ciência social, e logo fica evidente que qualquer análise envolve necessariamente várias ciências. Na nova percepção de espaço e tempo que configura este começo de século, desdobra-se um mapa de sintomas e desafios para as ciências sociais, uma agenda nova para a investigação. Especificamente no que aqui tematizamos, a dificuldade das ciências sociais em tratar do fenômeno comunicacional, ressalta-se que há algo mais que o déficit de legitimidade acadêmica de que este padece como “objeto de estudo” recente. Parece mais, pois diríamos que sociólogos, antropólogos e cientistas políticos perceberam de forma obscura o estalido das fronteiras que a comunicação carrega pela configuração de seus objetos móveis, nômades, de contornos difusos, impossíveis de encerrar nas malhas de um saber positivo e rigidamente parcelado. Nas transformações que emergem da experiência comunicacional há um fermento de mudanças no próprio saber.

COMPLEXIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

Uma discussão teórica sobre o estatuto disciplinar da comunicação, a partir de uma perspectiva epistêmica, no meio da crise dos paradigmas das ciências sociais, pode significar amadurecimento para a área. Um aspecto central para esse avanço é, sem dúvida, o acerto de contas da pesquisa de comunicação com suas heranças epistêmicas positivistas, dedutivistas e funcionalistas, que devem ser desmontadas criticamente para dar lugar a lógicas mais complexas e pertinentes à multidimensionalidade do objeto da comunicação.

É o caso do exercício do paradigma da complexidade (Morin) e do paradigma do sistema-mundo (Wallerstein) ou da globalização (Ianni) nos estudos de comunicação. Trata-se de um paradigma epistemológico transdisciplinar, porque constituído por certo tipo de relação lógica extremamente forte entre noções mestras, noções-chave e princípios-chave das mais diversas origens disciplinares. Oposto à simplificação, Morin define paradigma da complexidade “como o

conjunto de princípios de inteligibilidade que, ligados uns aos outros, poderiam determinar as condições de uma visão complexa do universo físico, biológico, antropológico” (1986: 246). Assim, segundo ele, o paradigma da complexidade não produz nem determina a inteligibilidade. Pode somente incitar a estratégia-inteligência do sujeito investigador a considerar a complexidade do problema estudado. Incita a distinguir e fazer comunicar, em vez de isolar e de disjuntar, a reconhecer os traços singulares, originais, históricos do fenômeno, em vez de ligá-los pura e simplesmente a determinações ou leis gerais, a conceber a unidade-multiplicidade de toda a entidade, em vez de torná-la heterogênea em categorias separadas ou de homogeneizá-la numa totalidade indistinta. Incita a dar conta dos caracteres multidimensionais de toda a realidade estudada. O pensamento complexo só se manifesta à custa de uma recriação intelectual permanente, pois, de outro modo, arrisca-se a se degradar, isto é, a simplificar-se.

A tônica em que insistimos, portanto, vai para aquilo que é complexo, temporal, instável, e que corresponde a um movimento transdisciplinar que se afirma progressivamente. A crítica central recai sobre a artificialidade dos limites disciplinares. Os desafios trazidos pela compreensão de novos objetos, como é a comunicação, encaminham para a formação de novas sínteses disciplinares ou convergências disciplinares, isto é, de transdisciplinas ou pós-disciplinas.

A consciência crescente do estatuto transdisciplinar do campo permite dar conta da multidimensionalidade de que na sociedade se revestem os processos comunicativos e de sua crescente importância para a produção da modernidade em países como os da América Latina. É o que leva Martín-Barbero a afirmar que “a transdisciplinaridade de modo algum significa a dissolução dos problemas objeto do campo da comunicação nos de outras disciplinas sociais, mas a construção de articulações – intertextualidades” (1996: 62). Esses eixos são os elementos estratégicos para refletir sobre os meios e as indústrias culturais como matrizes de reorganização e desorganização social, nota o autor.

O ponto de partida acha-se exatamente no reconhecimento de que a transdisciplinaridade não é o oposto das disciplinas, mas complementar a elas, pois que esse novo rumo do conhecimento só tem sido possível com base em toda a riqueza de saberes produzida pelas distintas disciplinas, e é precisamente essa a base que tem permitido e exigido dar um salto à frente e passar para um pensamento transdisciplinar.

A transdisciplina não busca manipular o que acontece no interior da disciplina, mas o que sucede quando ela se abre ou, melhor, se quebra. Trata-se, portanto, de uma ruptura de outro nível, aquele que transborda as disciplinas arrancando-as de si mesmas. Com que o transdisciplinar significa, primeiro, um movimento não de mera descentralização, mas de descentramento do dis-

ciplinar, movimento de abertura que não é meramente tática, mas implica uma perda da certeza quando uma disciplina começa a sentir que não é dona de seu objeto. Segundo, a transdisciplina não somente quebra e abre as disciplinas, mas também as transborda pelo estabelecimento de relações cada vez mais densas, não somente entre ciências exatas e ciências humanas e sociais, mas das ciências com as artes, com a literatura, com a experiência comum, a intuição, a imaginação social. Pois não se trata somente de uma interação de discursos em termos de lógicas científicas, mas também da interação de discursos em termos de diversidade de linguagens e escrituras.

Desse ponto de vista, portanto, a transdisciplinaridade não é uma moda acadêmica, nem sequer um avanço acadêmico, mas uma das transformações que Serres (2001) chamou *mutações de hominiscência*, que são as que vão além da humanização para os processos de hominização, pois vinculados a mutações na condição humana, que são as que marcam os obscuros inícios de uma mudança de época.

DESDOBRAMENTOS E SÍNTESE

Todo desenvolvimento de uma ciência segue ao longo de embates travados pelas validações interna (construção de capital epistemológico) e externa (função social do conhecimento) de seus resultados. Tendo em vista esse fato e o contexto apontado de debates nas ciências, encontramos hoje os campos abertos e os fluxos dos objetos transversais e transdisciplinares de estudo. É desse modo que estudiosos brasileiros estão aprofundando reflexões epistemológicas sobre a comunicação: Muniz Sodré, José Luiz Braga, Lucrécia Ferrara, Norval Baitello Junior, Antônio Fausto Neto, Lucia Santaella, Francisco Rüdiger, Vera Veiga França, Luiz C. Martino, Ciro Marcondes Filho, Juremir Machado da Silva, entre outros; e em coletâneas especializadas, geralmente promovidas por associações científicas da área, sobre o tema, como *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação* (Compós, 2002), *Epistemologia da comunicação* (Compós, 2003), *Pesquisa empírica em comunicação* (Compós, 2010), *Quem tem medo da pesquisa empírica?* (Intercom, 2011), *Mediação & Mídiação* (Compós, 2012).

Do nosso ponto de vista, seja qual for a abordagem ou o recorte conceitual privilegiado, é fundamental a questão inicial da construção do objeto científico para aí colocar a indagação sobre a pertinência do problema com que se inicia uma pesquisa e sua problemática teórica, isto é, sobre a importância social do objeto empírico e a relevância do objeto teórico da pesquisa.

Trata-se de indagar sobre a justificativa da importância social que costuma ser imputada ao objeto, como se bastasse algo ser estudado para que

sua importância se sucedesse. Ao contrário, a justificativa já deveria trazer a marca do compromisso do investigador com os problemas que necessitam ser pesquisados, com as perguntas importantes a ser feitas hoje, aqui e agora. São as opções sobre quais temas pesquisar que devem ser as mais conscientes possíveis, declaradamente assumidas, e que, no entanto, não podem ser respondidas pela ciência porque são opções valorativas, isto é, políticas, dependentes de uma *Weltanschauung* (filosofia de vida), da concepção de mundo do sujeito pesquisador. E aí, talvez, devesse ser perguntado até que ponto estão sendo renovadas as “utopias fundantes” dos estudos de comunicação na América Latina e estudados os “campos estratégicos de estudo” apontadas por Martín-Barbero (2009: 147). Daí termos indicado no giro transdisciplinar o objeto transversal, medializado e midiaticizado em que se movem os estudos epistemológicos brasileiros. Intelectuais e estudos comprometidos com a transformação de nosso contexto renovadamente contraditório, ambivalente, desigual, que já nos valeu denominações como terceiro mundo, países dependentes, periféricos e, hoje, emergentes, contexto este a partir do qual toda investigação deve começar e com ela manter relações de compreensão e de superação. Aqui, cabe a crítica ao modo exógeno de pensar, atravessado por questões e temas deslocados, por novas “ideias fora do lugar”. Não se trata, porém, de nenhum provincianismo intelectual, pelo contrário, as razões da globalização devem nos incitar cada vez mais a fazer aquelas perguntas-problema que têm relação vital com nossa existência social, que são também as que têm maior capacidade de apresentar relevância e pertinência teórico-epistemológica, ou seja, de fazer avançar o conhecimento no campo da comunicação no Brasil.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: Ortiz, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- _____; WACQUANT, Loïc. *An invitation to reflexive sociology*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- _____; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *O ofício de sociólogo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FUENTES NAVARRO, Raúl. *La emergencia de un campo académico: continuidad utópica y estructuración científica de la investigación de la comunicación*. Guadalajara: Iteso/Un. Guadalajara, 1998.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Comunicación fin de siglo: para donde vá nuestra investigación?*. Madrid: Telos, 1996, n. 47.
- _____. Uma aventura epistemológica. *Matrizes*, 2009, n. 2 (2).
- MATON, Karl. Languages of legitimation: The structuring significance for Intellectual fields of strategic knowledge claims. *British Journal of Sociology of Education*, 2000, n. 21 (2).
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Lisboa: Europa-América, 1986.
- SERRES, Michel. *Hominescence*. Paris: Le Pommier, 2001.
- VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Unthinking social science*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- _____. et al. *Para abrir as ciências sociais*. Lisboa: Europa-América, 1996.